

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.882.782
Preferenciais	384.787
Total	6.267.569
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	243.790	238.071
1.01	Ativo Circulante	6.740	10.645
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4	5
1.01.03	Contas a Receber	11	11
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11	11
1.01.06	Tributos a Recuperar	986	1.074
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	986	1.074
1.01.07	Despesas Antecipadas	63	60
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.676	9.495
1.01.08.03	Outros	5.676	9.495
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	5.676	9.495
1.02	Ativo Não Circulante	237.050	227.426
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	75.199	74.683
1.02.01.03	Contas a Receber	7.825	7.825
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.825	7.825
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	60.016	60.016
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	60.016	60.016
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.358	6.842
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	1.734	1.709
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	5.624	5.133
1.02.02	Investimentos	161.760	152.645
1.02.02.01	Participações Societárias	161.760	152.645
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10.694	8.283
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	151.066	144.362
1.02.03	Imobilizado	91	98
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	91	98

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	243.790	238.071
2.01	Passivo Circulante	7.307	7.867
2.01.02	Fornecedores	118	136
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	118	136
2.01.03	Obrigações Fiscais	660	953
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	660	953
2.01.03.01.02	Impostos e taxas a recolher - parcelados	492	486
2.01.03.01.03	Impostos e taxas a recolher	168	467
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.694	4.943
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.694	4.943
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.129	2.809
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.565	2.134
2.01.05	Outras Obrigações	1.835	1.835
2.01.05.02	Outros	1.835	1.835
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.835	1.835
2.02	Passivo Não Circulante	67.244	68.981
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	50.517	57.163
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	50.517	57.163
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	28.116	28.380
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	22.401	28.783
2.02.02	Outras Obrigações	9.642	4.733
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.753	3.815
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	8.753	3.815
2.02.02.02	Outros	889	918
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	889	918
2.02.04	Provisões	7.085	7.085
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.085	7.085
2.03	Patrimônio Líquido	169.239	161.223
2.03.01	Capital Social Realizado	82.050	82.050
2.03.02	Reservas de Capital	41.684	41.684
2.03.04	Reservas de Lucros	5.564	5.564
2.03.04.01	Reserva Legal	365	365
2.03.04.02	Reserva Estatutária	5.199	5.199
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.748	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.193	31.925

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	8.823	7.691
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-717	-577
3.04.02.01	Despesas gerais e administrativas	-335	-287
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-382	-290
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	144	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-139
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.396	8.407
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.823	7.691
3.06	Resultado Financeiro	-526	-852
3.06.01	Receitas Financeiras	26	25
3.06.02	Despesas Financeiras	-552	-877
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.297	6.839
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.297	6.839
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.297	6.839
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	93,86070	1,02420
3.99.01.02	PN	6,13930	0,06700

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	8.297	6.839
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.297	6.839

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.473	-801
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-599	-557
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos e participações	8.297	6.839
6.01.01.02	Juros e variações monetárias e cambiais líquidas s/empréstimos	402	504
6.01.01.03	Encargos Financeiros s/empréstimos a coligadas	82	311
6.01.01.04	Depreciações, amortizações e exaustões	7	10
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-9.396	-8.407
6.01.01.06	Constituição (reversão) da provisão para contingências	0	149
6.01.01.07	Correção parcelamentos de tributos	9	37
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-771	-226
6.01.02.01	Impostos a recuperar	63	120
6.01.02.02	Depósitos judiciais	-491	-337
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-3	63
6.01.02.04	Outras contas a receber	0	-5
6.01.02.05	Fornecedores	-18	6
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	-322	-74
6.01.02.07	Outras contas a pagar	0	1
6.01.03	Outros	-103	-18
6.01.03.01	Juros pagos sobre empréstimos	-103	-18
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.472	802
6.03.01	Financiamentos com partes relacionadas	8.675	1.552
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-7.194	-736
6.03.03	Pagamento parcelamento tributo	-9	-14
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1	1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5	111
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4	112

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	82.050	41.684	5.564	0	31.925	161.223
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	82.050	41.684	5.564	0	31.925	161.223
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.748	-732	8.016
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.297	0	8.297
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	451	-732	-281
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	451	-732	-281
5.07	Saldos Finais	82.050	41.684	5.564	8.748	31.193	169.239

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.948	41.684	0	-143.929	34.264	155.967
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.948	41.684	0	-143.929	34.264	155.967
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.462	-623	6.839
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.839	0	6.839
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	623	-623	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	623	-623	0
5.07	Saldos Finais	223.948	41.684	0	-136.467	33.641	162.806

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	143	0
7.01.02	Outras Receitas	143	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-223	-338
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-223	-338
7.03	Valor Adicionado Bruto	-80	-338
7.04	Retenções	-7	-9
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7	-9
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-87	-347
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.422	8.431
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.396	8.407
7.06.02	Receitas Financeiras	26	24
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.335	8.084
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.335	8.084
7.08.01	Pessoal	392	302
7.08.01.01	Remuneração Direta	382	290
7.08.01.02	Benefícios	10	12
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	94	66
7.08.02.01	Federais	77	58
7.08.02.02	Estaduais	17	8
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	552	877
7.08.03.01	Juros	552	877
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.297	6.839
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.297	6.839

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	856.159	853.849
1.01	Ativo Circulante	252.967	261.122
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.766	21.366
1.01.03	Contas a Receber	99.958	106.848
1.01.03.01	Clientes	91.930	90.808
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.028	16.040
1.01.04	Estoques	98.025	83.189
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.287	20.203
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.287	20.203
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.025	2.210
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.906	27.306
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	22.614	26.959
1.01.08.03	Outros	292	347
1.01.08.03.01	Direitos a realizar	292	347
1.02	Ativo Não Circulante	603.192	592.727
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	136.125	134.730
1.02.01.03	Contas a Receber	8.892	7.874
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.892	7.874
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.209	2.206
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	2.209	2.206
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	125.024	124.650
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	6.784	7.095
1.02.01.09.04	Direitos a realizar	55.130	54.945
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	63.110	62.610
1.02.02	Investimentos	195.433	192.915
1.02.02.01	Participações Societárias	17.153	13.298
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	17.153	13.298
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	178.280	179.617
1.02.03	Imobilizado	270.884	264.332
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	270.884	264.332
1.02.04	Intangível	750	750
1.02.04.01	Intangíveis	750	750

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	856.159	853.849
2.01	Passivo Circulante	193.294	189.155
2.01.02	Fornecedores	26.616	25.886
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.273	23.757
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	7.343	2.129
2.01.03	Obrigações Fiscais	42.043	45.488
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42.043	45.488
2.01.03.01.02	Impostos e taxas a recolher - parcelados	29.969	31.876
2.01.03.01.03	Impostos e taxas a recolher	12.074	13.612
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	92.348	93.979
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	92.348	93.979
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	90.783	91.845
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.565	2.134
2.01.05	Outras Obrigações	24.172	15.855
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	612	552
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	612	552
2.01.05.02	Outros	23.560	15.303
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.359	2.665
2.01.05.02.04	Passivo de Arrendamento	2.579	0
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	18.622	12.638
2.01.06	Provisões	8.115	7.947
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.115	7.947
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.115	7.947
2.02	Passivo Não Circulante	469.599	477.049
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	84.118	93.090
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	84.118	93.090
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	61.717	70.307
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	22.401	22.783
2.02.02	Outras Obrigações	197.214	192.437
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.502	5.553
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	5.502	5.553
2.02.02.02	Outros	191.712	186.884
2.02.02.02.03	Fornecedores	15.326	15.468
2.02.02.02.04	Passivo de arrendamento	4.569	0
2.02.02.02.05	Impostos parcelados	154.565	154.224
2.02.02.02.06	Outros exigíveis a longo prazo	17.252	17.192
2.02.03	Tributos Diferidos	82.691	86.950
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	82.691	86.950
2.02.04	Provisões	105.576	104.572
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	105.576	104.572
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	105.576	104.572
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	193.266	187.645
2.03.01	Capital Social Realizado	82.050	82.050
2.03.02	Reservas de Capital	41.684	41.684
2.03.04	Reservas de Lucros	5.564	5.564
2.03.04.01	Reserva Legal	365	365

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.04.02	Reserva Estatutária	5.199	5.199
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.748	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.193	31.925
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	24.027	26.422

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	180.191	187.461
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-153.023	-145.244
3.03	Resultado Bruto	27.168	42.217
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.998	-19.176
3.04.01	Despesas com Vendas	-13.471	-11.766
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.874	-12.491
3.04.02.01	Despesas gerais e administrativas	-8.951	-9.904
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-2.923	-2.587
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.491	4.097
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.856	984
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.170	23.041
3.06	Resultado Financeiro	-8.579	-6.707
3.06.01	Receitas Financeiras	1.451	2.618
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.030	-9.325
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.591	16.334
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.339	-7.289
3.08.01	Corrente	1.339	-7.289
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.930	9.045
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	5.930	9.045
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.297	6.839
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.367	2.206
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	5.930	9.045
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	5.930	9.045
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.297	6.839
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.367	2.206

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.387	11.650
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.084	26.063
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos e participações	4.591	16.334
6.01.01.02	Juros e variações monetárias e cambiais líquidas s/empréstimos	2.653	1.946
6.01.01.03	Encargos Financeiros s/empréstimos a coligadas	-23	-8
6.01.01.04	Depreciações, amortizações e exaustões	4.462	4.131
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-3.856	-984
6.01.01.06	Valor residual de ativo permanente baixado	-190	0
6.01.01.07	Juros s/imobilizações	81	81
6.01.01.08	Constituição (reversão) da provisão para contingências	-179	-203
6.01.01.09	(Reversão) constituição de provisão para devedores duvidosos	161	124
6.01.01.10	Provisão para obsolescencia de estoque	-100	765
6.01.01.11	Ajuste CPC 06	337	0
6.01.01.12	Correção direitos a realizar	-130	0
6.01.01.13	Correção parcelamentos de tributos	2.450	3.877
6.01.01.14	Ganho líquido venda do terreno	-1.173	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.179	-6.970
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.283	-16.105
6.01.02.02	Estoques	-14.736	-1.472
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.773	2.402
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-500	-761
6.01.02.05	Direitos a realizar	0	-1.468
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-1.815	-1.404
6.01.02.07	Outras contas a receber	7.391	-209
6.01.02.08	Fornecedores	588	11.218
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	-2.032	456
6.01.02.10	Provisão de férias e encargos sociais	168	-699
6.01.02.11	Aluguéis a pagar	0	807
6.01.02.12	Outros passivos	6.813	265
6.01.03	Outros	-7.292	-7.443
6.01.03.01	Juros pagos sobre empréstimos	-4.972	-3.927
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.320	-3.516
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.364	-2.312
6.02.01	Investimentos	0	-2
6.02.02	Bens para venda	6.458	0
6.02.03	Imobilizado	-4.094	-2.310
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.577	-3.046
6.03.01	Financiamentos com partes relacionadas	29	-12
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	86.330	13.172
6.03.03	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-94.614	-13.631
6.03.04	Pagamento parcelamento tributo	-5.369	-5.363
6.03.05	Parcelamento de tributos	1.353	3.035
6.03.06	Juros sobre capital próprio pago	-306	-247
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15.600	6.292

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.366	19.057
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.766	25.349

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	82.050	41.684	5.564	0	31.925	161.223	26.422	187.645
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	82.050	41.684	5.564	0	31.925	161.223	26.422	187.645
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.748	-732	8.016	-2.395	5.621
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.297	0	8.297	-2.367	5.930
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	451	-732	-281	-28	-309
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	451	-732	-281	-28	-309
5.07	Saldos Finais	82.050	41.684	5.564	8.748	31.193	169.239	24.027	193.266

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	223.948	41.684	0	-143.929	34.264	155.967	26.803	182.770
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.948	41.684	0	-143.929	34.264	155.967	26.803	182.770
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.462	-623	6.839	2.206	9.045
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.839	0	6.839	2.206	9.045
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	623	-623	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	623	-623	0	0	0
5.07	Saldos Finais	223.948	41.684	0	-136.467	33.641	162.806	29.009	191.815

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	233.391	241.197
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	233.552	241.321
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-161	-124
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-168.675	-165.522
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-158.077	-122.346
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.598	-43.176
7.03	Valor Adicionado Bruto	64.716	75.675
7.04	Retenções	-4.462	-3.692
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.462	-3.692
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	60.254	71.983
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.756	3.945
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.856	984
7.06.02	Receitas Financeiras	1.451	2.618
7.06.03	Outros	449	343
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	66.010	75.928
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	66.010	75.928
7.08.01	Pessoal	18.477	14.083
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.868	10.404
7.08.01.02	Benefícios	3.149	2.734
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.460	945
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.629	43.026
7.08.02.01	Federais	19.002	30.699
7.08.02.02	Estaduais	11.327	12.019
7.08.02.03	Municipais	300	308
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.974	9.774
7.08.03.01	Juros	9.003	8.976
7.08.03.02	Aluguéis	231	127
7.08.03.03	Outras	1.740	671
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.930	9.045
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.297	6.839
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-2.367	2.206

Comentário do Desempenho

GPC Química S.A.

1º trimestre de 2019

Receita Líquida: A receita líquida do 1º trimestre de 2019 atingiu R\$ 126.266 mil, acréscimo de 26,2% em relação aos R\$ 109.523 mil do mesmo período de 2018. As vendas de 84.938 t ficaram 1,8% acima do volume do mesmo período do ano anterior. O preço médio líquido de vendas ficou 13,2% acima em relação ao mesmo período de 2018.

Margem Bruta: O lucro bruto no trimestre aumentou 6,5%, de R\$ 21.023 mil em 2018 para R\$ 22.384 mil em 2019 impulsionado pela melhora na rentabilidade dos produtos vendidos.

Despesas Operacionais Líquidas: A redução das despesas comerciais, gerais e administrativas em 1,7%, de R\$ 12.173 mil para R\$ 11.965 mil, teve como principal influência a redução das despesas com serviços de terceiros.

EBITDA: O EBITDA do 1º trimestre de 2019 alcançou R\$ 16.311 mil, contra R\$ 13.631 mil no mesmo período do ano anterior, aumento de R\$ 2.680 mil, impulsionado pelo aumento da rentabilidade dos produtos vendidos.

Resultado Financeiro Líquido: O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 2.928 mil no trimestre, contra R\$ 1.319 mil negativos do mesmo trimestre de 2018.

Resultado Líquido Societário: A Companhia apurou lucro de R\$ 12.719 mil, frente ao lucro de R\$ 6.301 mil registrado no mesmo período do ano anterior. Além do resultado operacional contribuíram os resultados positivos com coligada em equivalência patrimonial e a venda de parte do terreno de Benfica.

Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (Consolidado)

1º trimestre de 2019

Receita Líquida: A receita líquida do 1º trimestre de 2019 atingiu R\$ 53.925 mil, redução de 30,8% em relação aos R\$ 77.937 mil do mesmo período de 2018. As vendas de 11.786 t ficaram 19,2% abaixo do volume do mesmo período do ano anterior. O preço médio líquido de vendas ficou 14,3% menor com relação ao mesmo período de 2018.

Margem Bruta: O lucro bruto no trimestre caiu R\$ 16.409 mil frente ao mesmo período do ano anterior, com efeito da redução no faturamento e na rentabilidade.

Despesas Operacionais Líquidas: As despesas comerciais, gerais e administrativas subiram 9,7%, de R\$ 11.229 mil em 2018 para R\$ 12.319 mil em 2019, impactada principalmente por rescisões e gastos com exportação.

Comentário do Desempenho

EBITDA: O EBITDA do 1º trimestre de 2019 foi negativo em R\$ 3.101 mil. Já no 1º trimestre de 2018 alcançou um valor positivo de R\$ 13.680 mil, a redução acompanhou a queda da margem bruta.

Resultado Financeiro Líquido: O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 5.126 mil no trimestre, contra R\$ 4.534 mil negativos do mesmo trimestre de 2018, com efeito do aumento do endividamento bancário da Apolo Tubos.

Resultado Líquido Societário: A Companhia apurou prejuízo de R\$ 8.101 mil, quando em 2018 obteve lucro de R\$ 3.703 mil.

Notas Explicativas

1. Informações gerais sobre o Grupo

1.1 Controladas e Coligadas

A GPC Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/5º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias em investidas são atualmente as seguintes:

- GPC Química S.A. (“GPC Química”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol, suas unidades em operação estão localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG.
- Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (“Apolo Tubos”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.
- Apolo Tubulars S.A. (“Apolo Tubulars”) - sociedade anônima de capital fechado, tem o objetivo de produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o segmento de petróleo e gás. Em dezembro de 2017 a Apolo Tubulars recomprou 50% de suas ações pertencentes a US Steel, passando a Apolo Tubos a deter 100% do capital da Apolo Tubulars.

Com a recompra de ações é estimado que Grupo obtenha ganho de escala, redução de custos através de sinergias e diversificação e ampliação do seu mercado de atuação

- Metanor S.A. - Metanol do Nordeste (“Metanor”) – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias. Atualmente, a Metanor atua apenas como empresa holding.
- Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – (“Copenor”) sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na comercialização de metanol e seus derivados, e na produção de formaldeído e hexametilenotetramina.

1.2 Recuperação Judicial

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a Controladora GPC Participações em conjunto com suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Notas Explicativas

Em julho de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, que abrange a estratégia a ser tomada pela Companhia, demonstrando, dentre outros aspectos, a viabilidade econômica do referido Plano, discriminando os meios de recuperação a serem utilizados. A Recuperação envolverá a alienação de parte dos ativos revertendo-se o valor apurado com a venda do terreno de Benfica da GPC Química para liquidação de todas as dívidas concursais das Recuperandas e de outros ativos cujos recursos serão revertidos para recomposição do fluxo de caixa das empresas, reforçando seu capital de giro e viabilizando novos investimentos.

Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. ("Recuperandas") nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014.

Em 05 de agosto de 2015 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a prorrogação por 6 (seis) meses do prazo originalmente previsto no Plano de Recuperação Judicial, para a alienação da "UPI Terreno Benfica".

Em 14 de julho de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a suspensão da AGC pelo prazo de 60 dias para que fossem negociadas e apresentadas alternativas de liquidez para a alienação da UPI Terreno de Benfica, as quais deverão ser informadas aos credores no prazo de 30 dias.

Em AGC realizada em 19 de outubro de 2016, foi aprovado pela maioria dos credores o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.

Em 18 de novembro de 2016, a Administração informou ao mercado e aos seus acionistas por meio de Fato Relevante, a homologação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial pelo Juízo da 7ª Vara empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

As principais deliberações dos credores para a liquidação das dívidas concursais foram:

- Classe I – Pagamento em 12 parcelas mensais fixas, até o limite de 150 salários mínimos;
- Classe II – 2 opções de pagamento, sendo:
 - Opção A – Pagamento de 40% do crédito listado em 36 parcelas mensais acrescidas de juros calculados no valor de 100% do CDI;
 - Opção B – Pagamento da integralidade do valor listado em 120 parcelas mensais, corrigidas pelas variações da TR acrescida de juros de 1% a.a.
- Credor Garantidor – Para o Credor Garantidor será paga parcela inicial de 30% do crédito listado em 36 parcelas mensais corrigidas pela variação cambial. No caso de venda do terreno de Benfica o valor apurado será revertido para pagamento do saldo do crédito do Credor Garantidor, e após a quitação, o saldo da venda será revertido para o caixa da Companhia. No caso de não se obter sucesso na venda nos primeiros 36 meses, o Credor Garantidor poderá demandar que as

Notas Explicativas

recuperandas efetuem o pagamento do saldo remanescente do crédito em 36 parcelas mensais.

- Classe III – 3 opções de pagamento, sendo:
 - Opção A – Conversão da dívida em ações preferenciais a serem emitidas pela GPC Participações S.A.
 - Opção B – Pagamento do Crédito listado em 360 parcelas mensais corrigidas pelo INPC.
 - Opção C – Pagamento de 50% do crédito listado em 120 parcelas mensais corrigidas pela TR e juros de 1,5% a.a. (somente para instituições financeiras).

Os impactos das opções estão detalhadas nas Notas Explicativas nº12 (Fornecedores) e nº13 (Empréstimos).

Foi aprovado também o prazo de 10 meses para o encerramento da Recuperação Judicial a partir da data da homologação.

É oportuno destacar que a Companhia adotou uma política de redução de custos por meio da simplificação e junção das estruturas administrativas das suas principais investidas, além de ter readequado suas operações, realizando expansões no setor de maior demanda (resinas para indústria de madeira) e reduzindo sua estrutura no setor onde houve retração significativa da demanda em razão do cenário econômico adverso (setor de aço).

No período, a Companhia e suas controladas deram seguimento às medidas necessárias ao cumprimento do aditivo do Plano de Recuperação Judicial, permitindo a conclusão do processo de Recuperação Judicial, que aguarda decisão judicial.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação

As informações financeiras intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao período findo em 31 de março de 2019, compreendem as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida pela norma. As informações financeiras intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2019, foram autorizadas para emissão em reunião do conselho, realizada em 25 de abril de 2019.

As políticas contábeis, as bases de consolidação e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações financeiras intermediárias, bem como os principais

Notas Explicativas

julgamentos adotados para as estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis.

2.2 Mudança nas políticas contábeis e divulgações

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 12 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas Informações Trimestrais, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

IFRS 16 - Leases (Operações de Arrendamento Mercantil)

De acordo com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

O impacto no grupo foi o registro de um compromisso de R\$ 7.456 com arrendamento mercantil operacional cujo contrato se encerra em dezembro/2021, na Controlada Apolo Tubos R\$7.202 e R\$254 na Apolo Tubulars.

O quadro abaixo apresenta os efeitos no balanço patrimonial da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2019 e 31 de março de 2019:

Notas Explicativas

Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial em					
Ativo			Passivo		
	01/01/2019	31/03/2019	01/01/2019	31/03/2019	
Circulante	-	-	Circulante	2.580	2.580
			Passivos de arrendamento	2.580	2.580
Não Circulante	7.456	6.811	Não Circulante	4.876	4.569
Direito de uso de Ativos	7.456	6.811	Passivos de arrendamento	4.876	4.569
			Patrimônio Líquido	-	-
			Resultados acumulados	-	338
Total	7.456	6.811	Total	7.456	6.811

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e Bancos	4	5	1.714	4.675
Aplicação Financeira	-	-	4.051	16.691
Total de caixa e equivalente de caixa	4	5	5.766	21.366

4. Contas a receber - clientes

O saldo de Contas a Receber está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Cientes no exterior	6.023	2.883
Cientes no país	96.778	98.587
Ajuste a valor presente	(162)	(113)
PECLD	(10.709)	(10.548)
	91.930	90.808

O saldo de Contas a Receber por vencimento está disposto conforme tabela abaixo :

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
A vencer	80.755	79.832
Vencidos ate 90 dias	7.095	7.653
Vencidas 91 a 180 dias	2.529	113
Vencidas 181 a 365 dias	617	3.571
Vencidas a mais de 365 dias	11.643	10.186
	102.639	101.356
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(10.709)	(10.548)
	91.930	90.808

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2018	10.548
(+) Complemento de PECLD	176
(-) Reversão de PECLD	(15)
Saldo em 31/03/2019	10.709

5. Estoques

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Matérias-primas e embalagens (a)	22.305	21.761
Produtos em elaboração	13.053	6.587
Produtos acabados (b)	38.716	37.286
Almoxarifado de manutenção e reposição	9.657	8.019
Importações em andamento	11.073	3.989
Estoque próprio em poder de terceiros	5.237	7.184
Catalisadores	598	1.077
Outros estoques	76	76
(-) Provisão p/perdas (c)	(2.690)	(2.790)
	98.025	83.189

- (a) As principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol na Controlada GPC Química e bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos.
- (b) Os principais produtos acabados são compostos por residur ATS (resina fenólica alcalina) e RUF para MDF (resina uréia-formol para painel de fibra de madeira de média densidade).
- (c) Refere-se à provisão para obsolescência.

Notas Explicativas

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
PIS/COFINS	-	-	6.593	5.807
IPI	-	-	1.484	2.905
ICMS	-	-	3.713	2.225
IRPJ e CSLL	-	-	8.252	7.250
IRRF	2.687	2.753	5.356	5.280
OUTROS	33	30	3.673	3.831
	2.720	2.783	29.071	27.298
(-) Circulante	986	1.074	22.287	20.203
Não circulante	1.734	1.709	6.784	7.095

Os tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza.

7. Direitos a realizar

O saldo de direitos a realizar era composto como segue:

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
TTC Logística	292	347
Total do Circulante	292	347
Créditos a receber com a União Federal (a)	7.374	7.339
Créditos a receber – Polwax	2.170	2.170
Compensados LFPP Ltda	1.652	1.652
Servatis S/A	970	970
Créditos Guaxupé (b)	43.484	43.334
Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari (c)	1.650	1.650
	57.300	57.115
(-) Provisão para perdas	(2.170)	(2.170)
Total do Não Circulante	55.130	54.945

(a) Refere-se ao saldo de um precatório federal oriundo de uma dação em pagamento. O valor contabilizado está disponível em uma conta em juízo.

(b) A GPC Química adquiriu de terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, direitos creditórios resultantes do “trânsito em julgado” de ações de repetição de indébito movidas pelas empresas cedentes, McKinlay S.A (“McKinlay”). e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”)

Notas Explicativas

contra a União Federal, relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café, os quais foram compensados pela Companhia com tributos federais devidos.

Em setembro de 2014 a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia no crédito da McKinlay, no valor de R\$ 10.156, homologando as compensações efetuadas. Em Novembro de 2017 a Companhia recebeu a quantia de R\$ 19.315 referente ao crédito MC Kinlay.

A Administração da GPC Química, considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal, consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é "praticamente certa", nos termos do item 33, do Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e integrado às normas contábeis brasileiras pela Resolução CFC nº 1.180/2009.

No passivo não circulante está registrado um saldo a pagar à Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé no valor de R\$ 16.699, ficando o saldo líquido a receber no montante de R\$ 26.785.

- (c) Referente ao crédito junto à Prefeitura Municipal de Camaçari/BA foram recebidas três parcelas, uma em dezembro de 2011 no valor de R\$ 949, a segunda em janeiro de 2012 no valor de R\$ 1.240 e a última em junho de 2012 no valor de R\$ 1.564.

8. Bens destinados a venda

O Plano de Recuperação Judicial, aprovado em dezembro de 2013 previa que o resultado da venda do terreno de propriedade da Controlada GPC Química localizado na Av. Brasil, 3.666 Bairro Benfica, Rio de Janeiro – RJ, registrado no montante de R\$205.860, apresentado como bens destinados a venda no Ativo circulante, fosse destinado ao pagamento dos credores.

O aditivo ao Plano aprovado em outubro de 2016 estabeleceu um fluxo de pagamento aos credores, em função disso, o valor do terreno foi reclassificado para o Ativo não circulante. No caso de ocorrer a venda o valor deverá ser revertido para pagamento do saldo do credor garantidor.

Em janeiro de 2019 foi realizada pela empresa Cushman & Waakefield nova avaliação do terreno e foram feitos alguns ajustes nos saldos das áreas de acordo com o novo laudo e cujo o valor está em linha com o montante registrado.

Em março de 2019 foi vendida parte da área 3 no valor de R\$ 6.041, gerando um ganho de R\$ 1.072.

Notas Explicativas

Consolidado				
Composição dos Bens para Venda				
	<u>Saldo em Dez/18</u>	<u>Baixa</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldo em Mar/19</u>
Rio de Janeiro - RJ				
Terrenos	25.868	(4.969)	624	21.523
Gastos com venda terreno	340	-	-	340
	<u>26.208</u>	<u>(4.969)</u>	<u>624</u>	<u>21.863</u>
Uberaba - MG				
Caminhões	3.261	-	-	3.261
(-) Fretes	(2.510)	-	-	2.510
	<u>751</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>751</u>
Saldo Final	<u>26.959</u>	<u>(4.969)</u>	<u>624</u>	<u>22.614</u>

9. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Participações em empresas controladas				
GPC Química S/A	138.403	127.145	-	-
Apolo Tubos e Equipamentos S/A	12.663	17.217	-	-
Participações em empresas coligadas				
Metanor - Metanol do Nordeste	10.689	8.279	16.989	13.158
Copenor - Cia Petroquímica do Nordeste	5	4	129	104
Outros investimentos	-	-	35	35
	<u>161.760</u>	<u>152.645</u>	<u>17.153</u>	<u>13.298</u>

Notas Explicativas

9.1 Mutações nos investimentos durante o exercício

	2018 - CONTROLADORA				
	Controlada		Coligadas		Total
	Apolo Tubos e Equipamentos S/A	GPC Química S.A.	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	
Saldo em 31/12/2017	18.005	124.868	7.878	4	150.755
Equivalência patrimonial (Resultado)	2.081	5.716	610	-	8.407
Saldo em 31/03/2018	20.086	130.584	8.488	4	159.162

	2019 - CONTROLADORA				
	Controlada		Coligadas		Total
	Apolo Tubos e Equipamentos S/A	GPC Química S.A.	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	
Saldo em 31/12/2018	17.217	127.145	8.279	4	152.645
Equivalência patrimonial (Resultado)	(4.554)	11.539	2.410	1	9.396
Dividendos a Receber					-
Realização custo atribuído venda parte area 3 Terreno (Benfica)	-	(281)	-	-	(281)
Saldo em 31/03/2019	12.663	138.403	10.689	5	161.760

2018 - CONSOLIDADO

	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	Outros	Total
Saldo em 31/12/2017	12.520	98	680	13.298
Equivalência patrimonial (Resultado)	969	7	8	984
Saldo em 31/03/2018	13.489	105	688	14.282

2019 - CONSOLIDADO

	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018	13.158	104	35	13.298
Equivalência patrimonial (Resultado)	3.831	25	-	3.856
Saldo em 31/03/2019	16.989	129	35	17.153

Notas Explicativas

9.2 Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de março de 2019

	Controladas		Coligadas
	Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	GPC Química S.A.	Metanor S.A. & Copenor Cia. Petr. Nordeste
Quantidade de ações/quotas detidas (em milhares)			
Ações ordinárias	21.581	1.888.829	48.884
Ações preferenciais	-	-	84.968
Capital social	27.974	55.261	67.425
Patrimônio líquido	22.529	152.563	37.585
Lucro (Prejuízo) do exercício	(8.101)	12.719	8.476
Percentual de participação (%)	56,21	90,72	28,44
Resultado de equivalência patrimonial do período	(4.554)	11.539	2.411

9.3 Propriedade para Investimentos

Em janeiro de 2019 foi realizada pela empresa Cushman & Waakefield nova avaliação do terreno e foram feitos alguns ajustes nos saldos por áreas de acordo com o novo laudo e cujo o valor está demonstrado conforme tabela abaixo:

Este valor refere-se a parte do terreno localizado em Benfica/RJ de propriedade da Controlada GPC Química.

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Terreno Benfica		
Parte Área 1 - 163.363,56 mts	120.072	119.097
Total Área 2 - 65.453,49 mts	42.880	46.577
Parte Área 3 - 19.593,91 mts	15.328	13.943
	178.280	179.617

Notas Explicativas

10. Imobilizado

Consolidado									
	Terrenos	Imóveis	Máquinas/instalações industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2017									
Saldo inicial	5.233	18.299	109.207	378	322	349	385	20.986	155.159
Aquisições	-	5	971	47	192	142	35	3.399	4.791
Baixas líquidas	-	-	(22)	(1)	(2)	(2)	(26)	(907)	(960)
Transferências	-	46	9.984	(3)	-	318	-	(10.345)	-
Depreciação	-	(1.058)	(10.116)	(64)	(77)	(181)	(8)	-	(11.504)
Outros	-	-	(324)	-	-	-	-	-	(324)
Saldo contábil líquido	<u>5.233</u>	<u>17.292</u>	<u>109.700</u>	<u>357</u>	<u>435</u>	<u>626</u>	<u>386</u>	<u>13.133</u>	<u>147.162</u>
(+) Saldo ApoloTubulars em 31/12/2017	865	15.853	61.811	277	97	646	-	195	79.744
(+) Mais valia Apolo Tubulars (*)	-	39.539	-	-	-	-	-	-	39.539
	<u>6.098</u>	<u>72.684</u>	<u>171.511</u>	<u>634</u>	<u>532</u>	<u>1.272</u>	<u>386</u>	<u>13.328</u>	<u>266.445</u>
Em 31 de março de 2018									
Saldo inicial	6.098	72.684	171.511	634	532	1.272	386	13.328	266.445
Aquisições	-	34	369	18	101	62	17	1.805	2.406
Baixas líquidas	-	-	(66)	-	-	-	(25)	(5)	(96)
Transferências	-	-	-	(4)	-	4	-	-	-
Depreciação	-	(470)	(3.492)	(27)	(39)	(101)	(1)	-	(4.130)
Outros	-	-	(81)	-	-	-	-	-	(81)
Saldo contábil líquido	<u>6.098</u>	<u>72.248</u>	<u>168.241</u>	<u>621</u>	<u>594</u>	<u>1.237</u>	<u>377</u>	<u>15.128</u>	<u>264.544</u>
Em 31 de dezembro de 2018									
Saldo inicial	6.098	72.248	168.241	621	594	1.237	377	15.128	264.544
Aquisições	-	33	1.797	127	62	252	28	13.875	16.112
Baixas líquidas	-	-	(254)	(4)	(41)	(4)	(2)	(3.178)	(3.483)
Transferências	-	86	5.703	-	-	24	-	(5.813)	-
Depreciação	-	(1.227)	(10.482)	(87)	(115)	(319)	(6)	-	(12.236)
Outros	-	-	(605)	-	-	-	-	-	(605)
Saldo contábil líquido	<u>6.098</u>	<u>71.140</u>	<u>164.400</u>	<u>657</u>	<u>438</u>	<u>1.190</u>	<u>397</u>	<u>20.012</u>	<u>264.332</u>
Em 31 de março de 2019									
Saldo inicial	6.098	71.140	164.400	657	438	1.190	397	20.012	264.332
Aquisições	-	9	2.055	27	62	88	-	3.154	5.395
Baixas líquidas	-	-	(1.424)	-	-	(44)	-	-	(1.468)
Transferências	-	675	1.295	-	-	-	-	(1.970)	-
Depreciação	-	(274)	(3.648)	(31)	(37)	(113)	(2)	-	(4.105)
Outros	-	-	(81)	-	-	-	-	-	(81)
Saldo contábil líquido	<u>6.098</u>	<u>71.550</u>	<u>162.597</u>	<u>653</u>	<u>463</u>	<u>1.121</u>	<u>395</u>	<u>21.196</u>	<u>264.073</u>
Taxas anuais de depreciação		2 a 8%	5 a 10%	10%	20%	20%			

Notas Explicativas

A GPC Química e a Apolo Tubos realizaram a análise dos indicativos de impairment estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente.

No mês de Maio/2018 foi baixado para perda um projeto de investimento que não foi aproveitado no montante de R\$ 2.994, referente a Planta de Itapetininga, localizada em São Paulo.

No grupo de obras em andamento está registrado o projeto de ampliação da planta de Formol da Controlada GPC Química que em Mar/19 monta o valor de R\$ 14.605 e o restante refere-se a diversos projetos em andamento.

(*) Mais valia no imobilizado da Apolo Tubulars considerado na consolidação com a Apolo Tubos.

Notas Explicativas

11. Direito de uso de Ativos e passivos de Arrendamentos

a) Adoção inicial

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019, data da transição, as diretrizes do IFRS 16/CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil”, nova norma determinou que os arrendatários reconhecessem, a partir da data da transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, na qual a tenha o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

Abordagem de transição

A Administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, sendo os efeitos apresentados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Na transição, os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Os ativos de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Isenções adotadas pela Companhia

A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

(i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados vigentes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2)/ IFRS 16.

(ii) Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

(iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

(iv) Aplicação uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescentes similar para uma classe similar de ativo subjacente). Impactos no balanço patrimonial na adoção inicial

O principal impacto da adoção da nova norma está relacionado às operações de arrendamento de terrenos (Apolo Tubos) e aluguel de salas (Apolo Tubulars).

Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta os efeitos no balanço patrimonial da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2019 e 31 de março de 2019:

Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial em					
Ativo			Passivo		
	01/01/2019	31/03/2019		01/01/2019	31/03/2019
Circulante	-	-	Circulante	2.580	2.580
			Passivos de arrendamento	2.580	2.580
Não Circulante	7.456	6.811	Não Circulante	4.876	4.569
Direito de uso de Ativos	7.456	6.811	Passivos de arrendamento	4.876	4.569
			Patrimônio Líquido	-	-
			Resultados acumulados	-	338
Total	7.456	6.811	Total	7.456	6.811

b) Política contábil e premissas para o reconhecimento

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

(i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que a Administração não está razoavelmente certa de exercer opção de renovação dos arrendamentos.

(ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor.

(iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.

(iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável.

(v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

(vi) A taxa de desconto para o período de três meses findo em 31 de março de 2019 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas

Notas Explicativas

comerciais foram de 14,93% e 13,27% respectivamente ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de março de 2019 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

c) Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui 2 contratos de arrendamentos (2 em 01 de janeiro de 2019) reconhecidos em seu balanço patrimonial.

<u>Direito de uso de Ativos</u>	<u>01/01/2019</u>	<u>Amortização</u>	<u>Adições/Baixas</u>	<u>31/03/2019</u>			
Aluguéis - Terreno	7.202	(600)	-	6.602			
Aluguéis - Sala	254	(45)	-	209			
Total no Ativo	7.456	(645)	-	6.811			
<u>Passivos de Arrendamento</u>	<u>01/01/2019</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Adições/Baixas</u>	<u>Adições/Baixas</u>	<u>Transf CP/LP</u>	<u>31/03/2019</u>
Passivo Circulante	2.580	417	(724)	-	-	307	2.580
Passivo Não Circulante	4.876	-	-	-	-	(307)	4.569
Total no Passivo	7.456	417	(724)	-	-	-	7.149

d) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

Consolidado			
31/03/2019			
	<u>Aluguel Terrenos</u>	<u>Aluguel Salas</u>	<u>Total</u>
2019	2.502	182	2.684
2020	2.433	73	2.506
2021	2.267	-	2.267
	7.202	254	7.456

Notas Explicativas**12. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Fornecedores Concursais - Classe III				
Opção B - Nacionais	-	-	16.954	16.920
Fornecedores Extraconcursais				
Nacionais	118	136	17.645	22.305
Estrangeiros	-	-	7.343	2.129
	118	136	41.942	41.354
Circulante	118	136	26.616	25.886
Não Circulante	-	-	15.326	15.468

Os créditos dos fornecedores habilitados na recuperação judicial estão sendo pagos conforme as opções do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, descrito na Nota 1.

Notas Explicativas**13. Empréstimos e financiamentos**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Em moeda nacional - (Concursais)	31.246	31.190	70.886	73.957
Em moeda nacional - são indexados pela CDI + Juros que variam entre 3% a 15% a.a. (Extraconcursais)		-	48.663	48.489
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial. (Concursais)	23.965	30.917	23.965	30.917
Antecipação de Recebíveis		-	32.952	33.706
	55.211	62.106	176.466	187.069
Circulante	4.694	4.943	92.348	93.979
Não Circulante	50.517	57.163	84.118	93.090

Empréstimos em moeda nacional (Concursais e Extraconcursais)

Conforme mencionado na Nota 1, foi aprovado, em outubro de 2016, o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. O pagamento aos credores seguirá conforme as alternativas previstas e com as opções escolhidas pelos credores.

Em 31 de março de 2019, o saldo consolidado em moeda nacional por categoria estava composto conforme a tabela a seguir.

Em moeda Nacional (Concursais)	31/03/2019	31/12/2018
Classe II - Opção A	5.131	6.904
Classe II - Opção B	29.625	30.500
Classe III - Opção B	33.528	33.469
Classe III - Opção C	1.941	1.997
Apoiadores	660	1.087
Total	70.886	73.957
Em moeda Nacional (Extraconcursais)	31/03/2019	31/12/2018
Total	48.663	48.489
Antecipação de Recebíveis	31/03/2019	31/12/2018
Total	32.952	33.706
Total Curto Prazo + Longo Prazo	152.501	156.152

Notas Explicativas

13.1 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de março de 2019, o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como a seguir:

Em moeda Estrangeira (Concursais)	31/03/2019	31/12/2018
Credor Garantidor	23.965	30.917
Total	23.965	30.917

International Finance Corporation (“IFC”)

A Companhia contratou em agosto de 2001 empréstimo com o IFC no valor de US\$ 9.2 milhões. Para a operação, parte dos acionistas controladores da Companhia e a GPC Química S.A. são garantidores como devedores solidários, tendo ainda como garantia, o terreno da unidade da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

Conforme Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, o Credor Garantidor, terá o pagamento conforme descrito na nota 1 – Recuperação Judicial.

Em 31 de março de 2019, o saldo do financiamento com o IFC estava composto como segue:

GPC Participações

Saldo em 31/12/2018	30.917
Pagamentos	(7.020)
Variação Cambial	68
Saldo em 31/03/2019	23.965

14. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos. A perda estimada, referente aos processos trabalhistas, foi provisionada com base em opiniões de seus assessores jurídicos, para os casos em que as chances de êxito são consideradas remotas.

Estão registradas nesta conta, também, as compensações efetuadas com créditos de IPI alíquota zero e ICMS extemporâneo sobre exportações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado				
	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	Adições	Utilização	Reversões	31/03/2019
Trabalhista e Previdenciário	202	202	10.126	-	(62)	(179)	9.885
Previdenciário	-	-	-	-	-	-	-
Pis	941	941	10.817	196	-	-	11.013
Cofins	4.353	4.353	50.501	933	-	-	51.434
Outros (*)	1.589	1.589	33.128	116	-	-	33.244
	7.085	7.085	104.572	1.245	(62)	(179)	105.576

(*) Dentro da rubrica de outros estão registrados causas cíveis e honorários referentes ao Plano de Recuperação Judicial.

Natureza dos casos

Trabalhistas e Previdenciários

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por ex-empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações é individualmente relevante.

Processos tributários

As principais provisões para contingências fiscais referem-se basicamente à compensação no período de 2003, com base em liminar, de tributos federais (IPI, PIS e COFINS) com a utilização de créditos de IPI nas aquisições de matérias-primas tributados à alíquota zero, acrescido de juros SELIC.

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada Prosint Química (antecessora da Controlada GPC Química) nos anos de 2004 a 2007, das controladas GPC Química em 2008 e Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 31 de março de 2019 da obrigação legal de R\$ 5.208, como provisão para esta contingência.

As controladas GPC Química e Apolo Tubos questionam através de processo judicial, desde o exercício de 2007, o ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS, cujos valores foram depositados judicialmente e até 31 de março de 2019 montam o valor de R\$ 46.012 e cuja a provisão monta o valor de R\$ 54.338, e também depositam judicialmente os valores de PIS e COFINS s/a receita financeira, cujos valores depositados judicialmente até 31 de março de 2019 somam o montante de R\$ 3.315.

14.1 Passivos contingentes – Perda possível

Natureza	Consolidado
	mar-19
	Perda Possível
Trabalhista	7.226
Tributária	23.147
Cível	3.104
	33.477

Notas Explicativas

Trabalhista e Previdenciários: As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como aviso prévio, décimo terceiro e diferença de férias entre outros. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações trabalhistas é individualmente relevante.

Tributária: As ações tributárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a auto de infração exigindo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2010 e 2011 e cobrança de créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, IPI e ICMS.

Depósitos judiciais

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018	Adições	Reversões	31/03/2019	31/12/2018	Adições	Reversões	31/03/2019
Trabalhistas e Previdenciários	151	-	-	151	2.697	-	(117)	2.580
Pis	879	87	-	966	9.506	105	-	9.611
Cofins	4.103	404	-	4.507	44.415	509	-	44.924
Outros	-	-	-	-	5.992	3	-	5.995
	5.133	491	-	5.624	62.610	617	(117)	63.110

Notas Explicativas**15. Impostos e taxas a recolher****15.1 Impostos parcelados**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Impostos parcelados				
INSS	123	145	123	145
Total de Parcelamentos Ordinários Federais	123	145	123	145
ICMS - Parcelamento Ordinário Estadual (a)	-	-	30.987	31.675
REFIS (c)	-	-	21.974	22.501
REFIS IV (b)	762	762	60.342	61.154
REFIS da COPA (d)	1.102	1.102	38.869	39.349
REFIS da PRT (f)	-	-	73.903	75.887
REFIS da PERT (g)	105	106	33.514	33.712
ICMS Paraná Competitivo - Parcelamento (e)	-	-	26.231	22.896
Outros	-	-	2.883	3.073
(-) Comp.Prej Fiscal/Base Negativa	(711)	(711)	(104.292)	(104.292)
	1.381	1.405	184.534	186.100
Circulante	492	486	29.969	31.876
Não Circulante	889	919	154.565	154.224

- (a) Os débitos de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro das controladas GPC Química e Apolo Tubos, foram objetos de parcelamento previsto no Decreto Estadual /RJ44.78 cujo saldo em 31 de março de 2019 montam R\$27.965 e 3.022, respectivamente.
- (b) Adesão ao programa de Parcelamento REFIS IV, feito pela Companhia e suas Controladas, GPC Química e Apolo Tubos.

Notas Explicativas**Composição do parcelamento REFIS IV por empresa do Grupo e respectiva movimentação**

	<u>GPC Participações</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	1.125	63.550	564	65.239
(+) Atualização selic ano 2018	41	2.490	182	2.713
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	(37)	(3.988)	(71)	(4.096)
(+) Debitos que retomaram do PRT	-	1.750	-	1.750
(+) Debitos que retomaram do PERT	-	282	-	282
(+) Debitos não parcelados anteriormente	-	-	490	490
(-) Debito baixado conforme despacho proc 3930033400	-	-	(571)	(571)
(-) Utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(367)	(4.285)	-	(4.652)
Saldo em 31/12/2018	762	59.799	594	61.154
(+) Atualização selic ano 2019	6	756	3	765
(-) Ajuste saldo trf refis PRT	-	(504)	-	(504)
(-) Pagamento das parcelas ano 2019	(6)	(1.061)	(6)	(1.073)
Saldo em 31/03/2019	762	58.990	591	60.342

- (c) As consolidações dos parcelamentos das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. foram homologados respectivamente em maio e junho de 2011 pela Secretaria da Receita Federal com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes de programas Refis, Paes e Paex anteriores e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Segue composição do saldo em 31 de março de 2019:

	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	6.172	18.317	24.489
(+) Atualização selic ano 2018	192	585	777
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	-	(2.765)	(2.765)
Saldo em 31/12/2018	6.364	16.137	22.501
(+) Atualização selic ano 2019	51	126	177
(-) Pagamento das parcelas ano 2019	-	(704)	(704)
Saldo em 31/03/2019	6.415	15.559	21.974

- (d) Em agosto de 2014 a Companhia e suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos aderiram ao parcelamento previsto pela Lei 12.996/14, incluindo suas dívidas com tributos federais vencidos até 31/12/2013 e cujo parcelamento está sendo pago em 180 parcelas. Segue composição do saldo em 31 de março de 2019:

Notas Explicativas

	<u>GPC Participações</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	1.070	45.216	46.286
(+) Atualização selic ano 2018	32	1.847	1.879
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	-	(2.694)	(2.694)
(-) Expectativa de uso de Prej. Fiscal e Base Neg.	-	(6.122)	(6.122)
Saldo em 31/12/2018	1.102	38.247	39.349
(+) Atualização selic ano 2019	-	211	211
(-) Pagamento das parcelas ano 2019	-	(691)	(691)
Saldo em 31/03/2019	1.102	37.767	38.869

- (e) A controlada GPC Química transferiu parte de suas plantas de Resinas e Formol de Gravataí para Araucária, aumentando sua produtividade no estado do Paraná e com isto conseguiu um incentivo fiscal postergando para quatro anos o pagamento de 75% do ICMS incremental apurado no mês.
- (f) A Companhia e suas controladas GPC Química e Apolo aderiram ao Programa de Regularização Tributária – PRT instituído pela MP 766/17, foram incluídos a dívida com tributos federais vencidos até 30/11/2016. Parte dos débitos constantes do Parcelamento da Lei 12.865 e 12.996 foram transferidos para este programa. Os débitos oriundos da RFB, serão pagos 24% em dinheiro divididos em 24 parcelas e o restante dos 76% com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Os valores oriundos da PGFN foram parcelados em 120 meses. A seguir, tabela com a composição do saldo em 31 de março de 2019:

	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	53.318	33.846	87.164
(+) Atualização selic ano 2018	382	271	653
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	(7.580)	(3.443)	(11.023)
(+) Débitos que retornaram ao Refis IV	(1.750)	-	(1.750)
(+) Inclusão débitos PRT II	-	843	843
Saldo em 31/12/2018	44.370	31.517	75.887
(+) Atualização selic ano 2018	130	5	135
(+) Ajuste saldo trf do Refis IV	504	-	504
(-) Pagamento das parcelas ano 2019	(2.226)	(397)	(2.623)
Saldo em 31/03/2019	42.778	31.125	73.903

- (g) As controladas GPC Química e Apolo aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT instituído pela MP 783/17. Parte dos débitos constantes do Parcelamento da MP 766/17 referente ao PRT foram transferidos para este programa. Os débitos oriundos da RFB, serão pagos em 5 parcelas a vista de no mínimo 20% do valor da dívida consolidada sem reduções e o saldo com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Os débitos oriundos da PGFN serão pagos em 5 parcelas á vista no mínimo 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções e o restante parcelado em 145 parcelas mensais a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% de juros e 40% das multas além de 25% dos encargos legais. Aguardando consolidação perante a Receita Federal. Segue o saldo em 31 de março de 2019:

Notas Explicativas

	<u>GPC Part S.A</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	114	18.518	15.636	34.268
(+) Atualização selic ano 2018	6	1.570	120	1.696
(-) Pagamento das parcelas ano 2018	(14)	(1.047)	(299)	(1.360)
(-) Valores transferidos para o Refis IV	-	(282)	-	(282)
(+) Ajuste ref correção na adesão da modalidade	-	-	(610)	(610)
Saldo em 31/12/2018	106	18.759	14.847	33.712
(+) Atualização selic ano 2019	2	82	(4)	80
(-) Pagamento das parcelas ano 2019	(3)	(209)	(66)	(278)
Saldo em 31/03/2019	105	18.632	14.777	33.514

15.2 Impostos correntes

Abaixo posição dos impostos correntes da controladora e suas controladas, com posição em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
COFINS	-	-	2.819	2.928
INSS	28	28	1.592	1.644
IPI	-	-	2.058	1.880
PIS	-	-	607	632
IRPJ/CSLL	-	311	2.338	2.157
ICMS	-	-	95	793
IRRF	140	128	1.222	3.027
FGTS	-	-	355	350
OUTROS	-	-	988	201
	168	467	12.074	13.612

Notas Explicativas

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos devem ser compensados, para efeito de apresentação, quando estes estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Desta forma a apresentação desta rubrica tem a seguinte composição:

	Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativo de imposto fiscal diferido		
Parcela constituída - Prejuízo fiscal (Apolo Tubulars)	8.115	6.203
	<u>8.115</u>	<u>6.203</u>
Passivo de imposto fiscal diferido		
Custo atribuído terrenos Benfica e máquinas e equipamentos	(90.476)	(92.736)
Variações cambiais/Adições temporárias	(330)	(417)
	<u>(90.806)</u>	<u>(93.153)</u>
	<u>(82.691)</u>	<u>(86.950)</u>

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. O Grupo não reconheceu ativos de impostos de R\$ 52.276, sendo R\$ 13.136 referentes a prejuízo fiscal e os demais referentes a diferenças temporária, sendo R\$ 35.554 sobre provisões para contingências e R\$ 3.586 provisão de *impairment* de contas a receber. Estes créditos podem ser compensados com lucro tributável no futuro.

Segue abaixo expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos a partir do ano de 2019 (Apolo Tubulars).

Realização do Prej. Fiscal e Base Negativa	31/03/2019	31/12/2018
2019	2.107	1.986
2020	1.502	1.406
2021	1.502	1.406
2022	1.502	1.405
Após 2022	1.502	-
	<u>8.115</u>	<u>6.203</u>

Notas Explicativas

Apresentamos, a seguir, a conciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social .

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição	8.297	6.839	4.591	16.334
Imposto calculado com base em alíquota legal	2.821	2.325	1.561	5.554
Equivalência patrimonial	(3.195)	(2.858)	(1.311)	(335)
Diferenças permanentes	-	-	(61)	50
Diferenças temporárias e prejuízo fiscal para qual nenhum crédito fiscal diferido foi reconhecido	374	533	(1.528)	2.020
Despesa (receita) com IR e CS corrente	-	-	2.814	5.676
Despesa (receita) com IR e CS diferido	-	-	(4.153)	1.613
	-	-	(1.339)	7.289

Notas Explicativas

17. Transações com partes relacionadas

17.1 Controladora

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações. As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

	Controladora							
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/03/2018
Apolo Tubos e Equipos. S/A (a)	-	-	33.850	33.850	-	-	-	-
GPC Química S/A (b)	5.676	9.495	-	-	8.753	3.815	(82)	(311)
Apolo Tubos e Equipos. S/A (c)	-	-	21.994	21.994	-	-	-	-
GPC Química S/A (c)	-	-	4.172	4.172	-	-	-	-
Total	5.676	9.495	60.016	60.016	8.753	3.815	(82)	(311)

- (a) Em 22 de maio de 2010 a GPC Participações celebrou contratos de mútuo com a controlada Apolo Tubos. Como garantia desta operação foi emitida uma Nota Promissória de R\$ 31.000 com vencimento contra apresentação que corrigidos até 31 de março de 2019 somam a importância de R\$ 33.850, conforme plano de recuperação judicial o valor não está sendo atualizado.
- (b) O ativo circulante refere-se a dividendos e JSCP a receber. O passivo não circulante refere-se ao saldo do mútuo atualizado pela variação do CDI acrescido de juros de 3% ao ano. Em março de 2019 o valor foi acrescido de R\$ 6.418 referente ao pagamento de parte do empréstimo ao IFC com ativos da GPC Química, conforme mencionado na nota 8.
- (c) Refere-se à dívida relacionada na Recuperação Judicial que foi paga com a conversão em ações da GPC Participações.

Notas Explicativas

Consolidado

	Consolidado							
	Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/03/2018
GPC Indústria e Comércio Ltda (a)	2.209	2.206	-	-	-	-	2	2
Copenor Cia Petroquímica (b)	-	-	612	550	5.502	5.553	(66)	(37)
Outras	-	-	-	2	-	-	-	-
	20.449	20.446	612	552	5.502	5.553	(64)	(35)
Total	2.209	2.206	612	552	5.502	5.553	(64)	(35)

- (a) O valor refere-se ao saldo do contrato de mútuo celebrado com a GPC Química no montante de R\$ 144 e com a Apolo Tubos em R\$ 2.065 e são corrigidos pela variação do CDI mais 6% a.a. contra R\$ 141 e R\$ 2.065, em 31 de dezembro de 2018.
- (b) Valor relativo à compra de metanol e compõe o saldo de fornecedores relacionados no plano de Recuperação Judicial, e será pago conforme aditivo ao Plano de Recuperação Judicial mencionado na nota 1 na opção B da Classe III.

A Companhia prestou avais em favor da GPC Química cujo valor em 31 de março de 2019 totalizava R\$ 58.055, sendo que deste valor R\$ 21.213 estão relacionados no Plano de Recuperação Judicial. Prestou, também, avais em favor da Apolo Tubos no valor de R\$ 41.021, dos quais R\$ 456 estão considerados na Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

18. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração global destinada aos administradores da Companhia para o período de 3 meses de 2019 foi de R\$ 357 contra R\$ 265 em 2018.

Honorários	Controladora	
	31/03/2019	31/03/2018
Diretoria	181	173
Conselho Administração	176	92
Subtotal (Administração)	357	265
Conselho Fiscal	25	25
Total Honorários	382	290

Há benefício concedido de uso de veículos aos diretores.

No ano de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a redução do capital social da Companhia, no montante de R\$ 141.898, sem o cancelamento de ações, passando o capital de R\$ 223.948 para R\$ 82.050, com a absorção de prejuízos acumulados da Companhia, nos termos da Proposta da Administração já divulgada, datada de 20 de dezembro de 2018.

Em 31 de março de 2019 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 82.050 (R\$ 82.050 em 31 de dezembro de 2018), e está representado por 6.267.569 ações, sendo 5.882.782 ações ordinárias e 384.787 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

19.2 Reserva legal

Deve ser constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social, limite previsto na legislação societária, e poderá ser usada para absorver prejuízos acumulados.

19.3 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

19.4 Outros resultados abrangentes

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial o valor correspondente a adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

19.5 Resultado por ação no período

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O Lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação no período de 3 meses findos em 31 de março de 2019 e 2018 :

<u>Apuração do resultado básico por ação</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Numerador		
Lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia	8.297	6.839
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	5.882.782	6.267.569
Resultado básico por ação	<u>1,4104</u>	<u>1,0912</u>

Notas Explicativas

20. Receita líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue abaixo a conciliação da receita bruta em 31 de março de 2019 e 2018:

	Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018
<u>Segmento de Resinas</u>		
Receita de vendas de particulados	128.054	109.039
Receita de vendas de compensados	25.871	22.930
Outras receita de vendas de diversos produtos	10.679	8.871
	164.604	140.840
<u>Segmento de tubos de aço</u>		
Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	69.502	98.750
Receita bruta de vendas	234.106	239.590
Deduções sobre vendas		
Devoluções de vendas e abatimentos	(5.065)	(3.435)
ICMS sobre vendas	(21.656)	(20.838)
PIS e COFINS sobre vendas	(18.409)	(19.797)
IPI sobre vendas	(8.785)	(8.059)
Receita operacional líquida	180.191	187.461

Notas Explicativas

21. Despesas por natureza

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
CPV	-	-	(153.023)	(145.244)
Matérias-primas e embalagens	-	-	(126.383)	(118.619)
Pessoal	-	-	(9.021)	(8.133)
Energia elétrica	-	-	(2.924)	(3.438)
Aluguel	-	-	(183)	(1.315)
Água	-	-	(484)	(244)
Catalisadores	-	-	(518)	(397)
Outros gastos fixos gerais	-	-	(9.400)	(9.694)
Depreciação e Amortização	-	-	(4.110)	(3.404)
Despesas com vendas	-	-	(13.471)	(11.766)
Pessoal	-	-	(2.413)	(2.082)
Fretes	-	-	(8.142)	(7.315)
Comissões	-	-	(1.863)	(1.156)
Outras	-	-	(1.053)	(1.213)
Despesas Gerais e Adm	(717)	(577)	(11.874)	(12.491)
Pessoal	(119)	(175)	(4.145)	(4.182)
Honorários	(382)	(290)	(2.923)	(2.587)
Depreciações	(8)	(9)	(352)	(288)
Outras	(208)	(103)	(4.454)	(5.434)
Outras receitas e despesas	144	(139)	7.491	4.097
Total	(573)	(716)	(170.877)	(165.404)

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Custo dos produtos vendidos	-	-	(153.023)	(145.244)
Despesas com vendas	-	-	(13.471)	(11.766)
Despesas gerais e administrativas	(717)	(577)	(11.874)	(12.491)
Outras receitas e despesas operacionais	144	(139)	7.491	4.097
	(573)	(716)	(170.877)	(165.404)

Notas Explicativas**22. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Despesas financeiras				
Juros	(426)	(500)	(5.254)	(4.337)
Juros arrendamento - CPC06	-	-	(417)	-
Variações monetárias passivas	-	(37)	(2.443)	(3.813)
Variações cambiais passivas	(68)	(314)	(968)	(964)
Outros	(58)	(26)	(948)	(211)
Total despesa financeira:	(552)	(877)	(10.030)	(9.325)
Receitas financeiras				
Juros	-	-	465	799
Variações monetárias ativas	25	24	377	1.023
Variações cambiais ativas	-	-	509	296
Outros	1	1	100	500
Total Receita financeira:	26	25	1.451	2.618
Resultado financeiro líquido	(526)	(852)	(8.579)	(6.707)

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018
Credito presumido de ICMS (a)	3.221	1.576
ICMS Decreto 45.782/2016	2.947	3.005
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	12	(57)
Reversão/Provisão para Contingências	179	(149)
ICMS FEEF - Fundo Estadual	(280)	(235)
Programa PERT (b)	-	647
Ganho líquido terreno (c)	1.171	-
Outros	241	(690)
	7.491	4.097

- (a) Controlada GPC Química vem se utilizando de créditos presumidos do ICMS aplicados sobre operações de importação, previstos no Regulamento do ICMS daquele Estado (Decreto nº 6.080/12, artigo 615).
- (b) Valor refere-se a controlada Apolo Tubos referente a débitos incluídos no PERT da RFB referente ao parcelamento de impostos. (Nota explicativa nº 15).
- (c) Ganho líquido do terreno de benficia parte da área 3 que estava registrada em bens destinados a venda.

Notas Explicativas

24. Benefícios a empregados - pós-emprego

A controlada GPC Química S.A. é associada ao IHPrev Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação civil, cujo objetivo é operar planos de benefício de natureza previdenciária e atualmente a controlada só está recolhendo à taxa administrativa, cujo valor no período de 3 meses de 2019 foi de R\$ 76 , valor este semelhante ao do mesmo período de 2018. Não há passivos futuros a apropriar.

25. LAJIDA/ EBITDA (não auditado)

É o indicador que mostra a geração econômica de caixa do negócio. Só são considerados os resultados operacionais que afetam o caixa desconsideradas as despesas e receitas operacionais como depreciações, amortizações, o resultado de equivalência patrimonial, as despesas e receitas financeiras, as outras receitas e despesas operacionais não rotineiras e, também, os impostos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social).

	Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018
Lucro do exercício antes das participações minoritárias	5.930	9.045
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.339)	7.289
(+) Despesas financeiras	10.030	9.325
(-) Receitas financeiras	(1.451)	(2.618)
(+) Depreciações e amortizações	4.462	3.692
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	17.632	26.733
(-) Equivalência patrimonial	(3.856)	(984)
Outras Receitas/Despesas não recorrentes		
(+) Multa sobre impostos	39	11
(-) Ganho líquido terreno	(1.171)	-
(+) Honorários Plano Recuperação Judicial	-	798
(+) Outros ajustes	-	31
LAJIDA (EBITDA) ajustado	12.644	26.604
LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas	7,02%	14,19%

26. Informações por segmento

As informações relativas aos segmentos de atuação das investidas estão descritas na Nota explicativa nº 1.

As informações dos segmentos da Companhia no exercício estão incluídas na tabela a seguir:

Notas Explicativas

	31/03/2019				Total Consolidado	31/03/2018				Total Consolidado
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Holding	Eliminação		Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	
Receita Líquida	126.266	53.925	-	-	180.191	109.523	77.937	-	-	187.460
Lucro Bruto	22.384	4.784	-	-	27.168	21.023	21.194	-	-	42.217
Depreciação e Amortização	(2.686)	(1.769)	(8)	-	(4.462)	(2.447)	(1.236)	(9)	-	(3.692)
Lucro antes do resultado Financeiro	16.203	(4.870)	8.823	(6.985)	13.171	9.400	7.893	6.840	(7.798)	16.335
Resultado Financeiro	(2.928)	(5.126)	(526)	-	(8.579)	(1.319)	(4.534)	(853)	-	(6.706)
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	13.275	(9.996)	8.297	(6.985)	4.591	9.400	7.893	6.840	(7.798)	16.334
IR e CS	(556)	1.895	-	-	1.339	(3.099)	(4.190)	-	-	(7.289)
Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSCP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	12.719	(8.101)	8.297	(6.985)	5.930	6.301	3.703	6.839	(7.798)	9.045
Ativo Circulante	120.023	131.880	6.740	(5.676)	252.967	84.497	117.155	2.487	-	204.139
Ativo não Circulante	485.192	176.398	237.050	(296.466)	602.174	504.847	174.765	228.748	(281.710)	626.650
Passivo Circulante	105.335	85.309	7.308	(5.676)	192.276	90.797	61.463	4.895	-	157.155
Passivo não Circulante	499.880	222.969	236.482	(296.466)	662.865	498.547	230.457	226.340	(281.710)	673.634

27. Cobertura de seguros (Não auditado)

As controladas da Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas e prêmios de seguro são:

Apólice	Risco coberto	Prêmio Cobertura			
		31/03/2019	31/12/2018		
Lucros cessantes	Danos a estoque e imob. (parada de prod.)	194	218.801	192	205.407
Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e almoxarifados	Danos a estoque e imob.	463	212.100	467	212.100
Veículos	Furtos, colisões e resp civil condutor	61	1.669	64	1.669
Responsabilidade civil (produtos e estab. Ind.)	Op. e comércio de prod. de estab. Ind.	114	10.000	57	6.000
Responsabilidade civil - ADM	Atos relacionados a gestão	513	20.000	513	20.000
		1.346	462.570	1.293	445.176

Notas Explicativas

28. Gestão de risco financeiro

28.1 Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada por reuniões semanais onde pontos relevantes são discutidos.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Companhia.

28.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

28.2(a) Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar, nos montantes de R\$ 31.308, não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Notas Explicativas

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

28.2(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa nº 4).

28.2(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31/03/2019					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	25.803	813	1.142	1.713	12.471	41.942
Empréstimos e financiamentos	72.953	24.675	42.004	14.042	29.940	183.614
Total	98.756	25.488	43.146	15.755	42.411	225.556

28.3 Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº3.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta moeda. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$3,9600 por US\$1,00 como a mais provável para 31 de março de 2019. Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de Chicago Board of Trade de R\$3,9045 por US\$1,00 para 31 de março de 2019.

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de março de 2019	Cenário I - Expectativa	Cenário II - Dólar Futuro - BM&F
IFC	6.150	23.965	24.355	24.013
	6.150	23.965	24.355	24.013
Efeito no resultado			(389)	(48)
Taxas utilizadas		3,8967	3,9600	3,9045

Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

Notas Explicativas

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a
	6,71	11,60	8,388	14,498	10,065	17,397
Posição 31/03/2019	Operação		Risco	Provável	Possível	Remoto
70.886	Emp. e Financiamentos		Alta da TJLP	70.886	88.607	106.328
48.663	Emp. e Financiamentos		Alta do CDI	48.663	60.829	72.995
32.952	Antecipação de Recebíveis		Alta do CDI	32.952	41.190	49.428

28.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos	55.211	62.106	183.614	187.069
Impostos Parcelados	1.381	1.404	184.534	186.100
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	5	5.766	21.366
Dívida Líquida	53.826	60.697	(6.686)	(20.397)
Patrimônio Líquido	169.239	161.223	193.266	187.645
Índice de Alavancagem Financeira	0,31805	0,37648	(0,03459)	(0,10870)

Notas Explicativas

28.5 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a mensuração da totalidade dos derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (“swap” e “forwards”) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 13.

Notas Explicativas

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

As Controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Provisão para aquisição de participação de não controladores

O valor da estimativa do compromisso de aquisição da participação de não controladores, mensurada ao valor justo na data da aquisição, é remensurado e suas modificações subseqüentes são reconhecidas no resultado do exercício.

28.6 Instrumentos financeiros

28.6(a) Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

	Controladora					
	31/03/2019			31/12/2018		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e Equiv de caixa	4	-	4	5	-	5
Transações com partes relacionadas	65.692	-	65.692	69.511	-	69.511
	65.696	-	65.696	69.516	-	69.516
	Consolidado					
	31/03/2019			31/12/2018		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e Equiv de caixa	5.766	-	5.766	21.366	-	21.366
Contas a receber	91.930	-	91.930	90.808	-	90.808
Direitos a realizar (Nota 7)	55.422	-	55.422	55.292	-	55.292
Transações com partes relacionadas	2.209	-	2.209	2.206	-	2.206
	155.327	-	155.327	169.672	-	169.672

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 4).

Notas Explicativas

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos Financeiros	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores	118	136	41.942	41.354
Empréstimos e Financiamentos	55.211	62.106	183.614	187.069
Outras contas a pagar e parte relacionadas	8.753	3.815	23.718	18.589
	<u>64.082</u>	<u>66.057</u>	<u>249.274</u>	<u>247.012</u>

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

28.6(b) Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Presidente : Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares

Vice-Presidente : Luiz Fernando Cirne Lima

Membro do Conselho : Emilio Salgado Filho

Membro do Conselho : Pedro Grossi Junior

Membro do Conselho : João Paulo Jabour Brunet

Composição da Diretoria

Presidente : Alcides Morales Filho

Diretor Vice-Presidente Corporativo e de Relação com Investidores : Emilio Salgado Filho

Gerente de Controladoria e Finanças

George Abi-Rihan Cordeiro
Contador - CRC-BA 013312/0-3 T-RJ - CPF nº 665.172.817-20

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da GPC Participações S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente).

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo de ênfase – Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis intermediárias, que descreve que a GPC Participações S.A. em conjunto com suas controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos S.A. protocolou, em abril de 2013, pedido de recuperação judicial na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, sendo o pedido deferido em 27 de maio de 2013 e homologado em 11 de dezembro de 2013. O plano de recuperação judicial foi aditado por duas vezes, tendo a última prorrogação ocorrido em 18 de novembro de 2016, quando foi aprovada a não obrigatoriedade de alienação do “UPI Terreno Benfica”.

A Nota 1 às demonstrações contábeis intermediárias menciona também as ações que vêm sendo tomadas pela Administração da Companhia com o objetivo de assegurar o cumprimento do plano de recuperação judicial.

A recuperação judicial indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis intermediárias não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Parágrafo de ênfase – Créditos a receber - Guaxupé

Conforme mencionado na Nota 7 às demonstrações contábeis intermediárias, a Companhia adquiriu créditos financeiros oriundos do trânsito em julgado de ação de repetição indébita movida pela Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”) contra a União. Os créditos advêm de montantes indevidamente recolhidos pela Guaxupé referentes à extinta quota de contribuição sobre a exportação de café. Tendo em vista que o processo movido contra a União transitou em julgado e que, no entendimento da Administração, o recebimento é praticamente certo, a Companhia registrou um contas a receber no montante de R\$ 43,4 milhões. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Parágrafo de ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado em Nota 17 às demonstrações contábeis intermediárias, a Companhia realiza transações em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, o desempenho individual de suas operações e a sua posição patrimonial e financeira poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros Assuntos – Revisão das cifras do ano anterior

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que compreendem as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o trimestre findo em 31 de março de 2018 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 11 de maio de 2018, sem modificação, contendo parágrafos de ênfase. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações contábeis referentes as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período de 3 meses findo em 31 de março de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2019

Mazars Auditores Independentes

CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de Almeida Albuquerque

CRC CE 019775/O-9 T-PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da GPC Participações S/A, declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de março de 2019.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2019.

Presidente

Alcides Morales Filho

Diretor Vice-Presidente Corporativo e de Relações com Investidores

Emílio Salgado Filho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da GPC Participações S/A, declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer da Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2019.

Presidente

Alcides Morales Filho

Diretor Vice-Presidente Corporativo e de Relações com Investidores

Emílio Salgado Filho